

APRESENTAÇÃO

Suzana Cavani Rosas*
Cristiano Luís Christillino*
George Felix Cabral**

O dossiê *Estado, nação e cidadania no oitocentos (1850-1889)* abre este número da revista e versa sobre instituições, atores e processos políticos no Brasil Império, no período de 1850 a 1889. Sua abordagem procura compreender o campo da política, ultrapassando as fronteiras restritas do Estado, em suas dimensões e articulações com a sociedade e a cultura. Também privilegia a atuação, individual e coletiva, de pessoas anônimas, para além da figura dos “grandes” líderes. Seu corte cronológico se estende da consolidação ao fim do Estado imperial. Um período de afirmação do poder central sobre os locais, rearticulações políticas nas províncias, de férteis debates em torno da construção do Estado e de crise do regime. É o tempo compreendido entre o fim do tráfico e o da escravidão, assinalado ainda por movimentos sociais e políticos, como o abolicionista e o republicano. Cidadania, Estado, elites, movimentos sociais e cultura política são alguns dos principais temas que o dossiê se propõe a discutir. Em vista do grande número de trabalhos inscritos e aprovados para publicação, os seus organizadores e o editor da revista CLIO optaram por dividi-lo em duas partes, contemplando-se a primeira neste número da revista, ficando a segunda para o próximo, a sair no segundo semestre do presente ano.

O seu primeiro artigo, “Notícias d’além-mar: o tema do sufrágio e da cidadania das mulheres na imprensa brasileira oitocentista”, de Priscila Salvaia, se debruça sobre um tema destacado da história cultural, a imprensa e as experiências de leitura, procurando discutir, através do jornal *O Globo*, as ideias e possíveis reações do público brasileiro sobre o nascente movimento feminista e suas lutas pela cidadania e o voto das mulheres.

* Organizadores do Dossiê. Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Recife, Pernambuco, Brasil. Emails: suzanacavani@uol.com.br; christillino@hotmail.com.

** Editor da Revista. Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Recife, Pernambuco, Brasil. Email: georgcabral@yahoo.com.

Os três trabalhos que se seguem, “De repente ‘povo’: maneiras de pensar a participação política a partir da campanha abolicionista de 1884”, “Monarquia federativa e democrática: o congresso liberal de 1889” e “Os sentidos do reformismo nos momentos finais do império”, estão direcionados para história política no “ocaso” do Império e buscam compreender o caminho trilhado pelo Partido Liberal diante das novas demandas da sociedade por reformas, cada vez mais frequentes no final do Império. O primeiro artigo acima referido, de Felipe Azevedo Souza, analisa a concepção de Joaquim Nabuco sobre o povo e sua defesa da ampliação da cidadania política no país. O autor ainda realça o lugar dos segmentos populares nas eleições de 1884, procurando descortinar sua condição de cidadão ativo na política, embora dela formalmente estivessem excluídos, por não possuírem o direito de votar, especialmente após a promulgação da Lei Saraiva. Já o segundo artigo, de Felipe Niciletti Ribeiro, está centrado nos liberais e seu Congresso de 1889, ocorrido na Corte. O referido congresso buscava adequar o Partido a uma nova pauta de reivindicações da sociedade à época, sobressaindo-se entre elas a reforma do Estado, a expansão do sufrágio e da educação, sem esquecer também das novas demandas por autonomia provincial, como no caso da proposta da elegibilidade dos presidentes de província. No plano social, o destaque ficava para a continuidade da pauta reformista abolicionista que passava pelo combate ao latifúndio. Ressalta-se no artigo a perspectiva de um Partido Liberal nada resignado a ameaça da República, disposto a reinventar-se como força política identificada com a Monarquia e também mais aberto aos novos anseios e inquietações da população por mudanças.

Duas instituições, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Colégio D. Pedro II, são objetos de estudo do artigo “Fronteira e integração territorial na escrita da história “didática” oitocentista”, realizado por Luís César Castrillon Mendes e Renildo Rosa Ribeiro. Na sua leitura nos deparamos com as construções discursiva e pedagógica sobre as fronteiras do país difundidas nos manuais escolares do período, associados ao Colégio Pedro II e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Valendo-se da narrativa histórica dos feitos de brasileiros e portugueses, o artigo revela o quanto os representantes de ambas as instituições, patrocinadas pelo Estado imperial, contribuíram para definição, consolidação e preservação do território brasileiro.

O poder judiciário e seus agentes são o alvo da atenção do artigo de Jonas Moreira Vargas, intitulado “Magistrados imperiais: atuação política e perfil social e de carreira dos juízes de direito no Rio Grande do Sul (1833-1889)”. Direcionado para abordagem

dos magistrados que atuaram nessa província, encontramos nas suas páginas, primeiramente, um trabalho de perfil prosopográfico que, como a maioria das pesquisas orientadas por este viés, muito elucida sobre uma fração privilegiada de um segmento desse corpo de funcionários. Todavia, os autores vão mais além em sua pesquisa, ao explorarem a relação entre o exercício do judiciário e o da política, atentando para as redes clientelistas locais nas quais estas autoridades estavam envolvidas e o papel que lhes eram reservadas especialmente no processo eleitoral.

A Literatura é o tema do artigo de Alexandro da Rosa Menez em seu artigo intitulado “Entre a literatura e a História: a formulação da literatura e identidade brasileira na crítica literária de José de Alencar (1856 – 1865)”. Menez analisa o desenvolvimento da ideia de identidade brasileira elaborada no campo literário. Seu artigo examina a obra do escritor José de Alencar, demonstrando sua importante contribuição para a concretização da nacionalidade brasileira que vinha sendo gestada desde os primeiros escritores românticos, como os literatos em torno da revista *Nitheroy*, lançada em Paris no ano de 1836.

Em seguida temos o artigo Wellington Barbosa da Silva, que analisa a segurança no Recife oitocentista. Seu trabalho intitulado “‘Vivemos sob o império do punhal do assassino...’: polícia e criminalidade no Recife do século XIX (1860-1889)”, resulta da pesquisa, em diversos documentos, produzidos tanto pela burocracia administrativa e policial, como também pelos cidadãos comuns. Estas fontes davam a impressão de que o Recife vivia às voltas com um renitente e crescente quadro de criminalidade. Os furtos, roubos e homicídios seriam constantes e a polícia não conseguia controlar ou pelo menos limitar a ação dos facinorosos. Em seu artigo, Wellington discute esse contexto histórico de uma “onipresente criminalidade” e a constante requisição, feita por diversos segmentos da sociedade, de um policiamento regular e eficiente – visto como o antídoto certo para a coibição dos delitos e a instauração da segurança pública.

A discussão sobre a cidade e suas representações está presente no artigo de Bruno Miranda Vargas, intitulado “A cidade e suas representações: Manaus no século XIX (1850-1883)”. A partir das práticas cotidianas da cidade, Bruno analisa Manaus na segunda metade do século XIX, que se tornara um local de sociabilidades múltiplas. A visão dos “de fora” sobre Manaus se distancia e muito da elite local, para a qual a cidade ostentava o “orgulho da civilização”. O artigo parte da análise iconográfica do álbum souvenir da Exposição de Chicago de 1883, na qual Manaus foi apresentada

como um lugar de riqueza e civilização e o entorno da Província, um lugar de ruralismo e natureza extensa.

O Dossiê é encerrado com o artigo de Rosilene Gomes Farias, “Saúde e poder no Recife Imperial”. Farias mostra que em 1856, durante a epidemia de cólera que atingiu o Recife, foram implantadas medidas de prevenção à doença, que pressupunham o controle social das camadas mais pobres da população. O artigo discute como essas medidas demonstram as relações de poder que envolveram autoridades públicas e médicos, no Recife do século XIX.

Para além do dossiê temático, este número da revista apresenta sete artigos livres. No primeiro deles, Bruno Kawai Souto Maior de Melo, a partir do estudo da trajetória de Domingos Loreto Couto, analisa as estruturas de poder dentro da Igreja na América Portuguesa e as relações entre as dioceses ultramarinas e os poderes centrais da cristandade católica em meados do século XVIII. Thiago de Souza Júnior analisa, à luz das inovações teórico-metodológicas da segunda metade do século XX, a formação da Maçonaria na França do Antigo Regime, a recepção de suas ideias no Brasil e a sua influência na secularização da política brasileira no século XIX. Em seu artigo, Williams Andrade de Souza buscou nos debates parlamentares sobre a administração municipal os elementos de análise para compreender o papel das elites políticas locais no processo de institucionalização do liberalismo no Império do Brasil.

Passando para o período republicano, chegamos ao artigo de Júlio César da Rosa que enfoca a sociabilidade das populações afrodescendentes na cidade de Laguna (SC) na primeira metade do século XX, mormente nos clubes sociais negros União Operária e Clube Literário Cruz e Souza. Luís Cláudio Machado dos Santos nos traz em seu texto uma análise da atuação de Alvaro Lins como embaixador do Brasil em Portugal entre 1956 e 1959 e a influência de suas posições na construção da política externa brasileira no pós-guerra. Márcio Ananias Ferreira Vilela dedica seu artigo à análise da trajetória de Paulo Stuart Wright, membro da Igreja Presbiteriana do Brasil e deputado estadual em Santa Catarina, que foi perseguido e assassinado pelos órgãos de repressão do regime militar após o golpe de 1964. Fechando este número da Revista Clio, temos o artigo de Augusto Neves da Silva, que em seu texto nos remete ao carnaval do Recife de 1985, quando a Mãe-de-Santo Badia foi a homenageada da festa. A partir deste fato, o autor analisa questões referentes à tradição, religiosidade popular e identidade e cultura negras no Recife.

Os organizadores deste número da Revista Clio, bem como o seu editor desejam que os estudos aqui publicados possam estimular debates e novas contribuições à historiografia brasileira. Boa leitura!

Suzana Cavani Rosas e Cristiano Luís Christillino

Organizadores do Dossiê

George F. Cabral de Souza

Editor